

**ESTATUTO SOCIAL DA CORPORAÇÃO MUSICAL EUTERPE**

**Da Denominação, Da Natureza Jurídica, Sede, Foro, Finalidades e Tempo de Duração.**

**Artigo 1º** - A "Corporação Musical Euterpe Fundada em 22 de agosto de 1825, registrada em 31 de julho de 1956, é pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, uma Corporação independente formada por músicos com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

**Parágrafo Único** – a Corporação Musical Euterpe poderá ter um regulamento interno, que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral, e disciplinará o seu funcionamento, bem como obrigará o cumprimento por todos os seus associados.

**Artigo 2º** - A Corporação Musical Euterpe inscrita no CNPJ sob o nº 50.455.690/0001-41, tem sede e foro na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Doutor Laerte Machado Guimarães, nº 338, São Benedito, CEP 12410-180, cujo prédio foi concedido pela Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba-SP.

**Artigo 3º** - A Corporação Musical Euterpe tem como finalidade:

- I. promover o desenvolvimento cultural da arte musical de seus associados e dos integrantes que atuam em suas formações musicais;
- II. atuar junto ao seu público alvo, crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, gerando uma consciência cultural, social, esportiva e de lazer tendo como foco a constituição de espaços de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária, as intervenções serão realizadas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social;
- III. promover a saúde integral visando o desenvolvimento harmônico da criança, do adolescente e do jovem; promovendo projetos ou programas visando o ingresso dos mesmos à sociedade;
- IV. promover a assistência social, atuando na área da Assistência Social no que se refere à proteção social básica e especial, profissionalização e geração de renda de seus atendidos e bem como de suas famílias;
- V. fazer apresentações, shows e espetáculos em locais compatíveis ao decoro da classe, enfim, exercendo atividade apenas com o intuito de garantir a subsistência da Corporação, e ainda, para que se possa cumprir as finalidades estabelecidas precipuamente neste estatuto;
- VI. promover a democratização do acesso a bens culturais, bem como oferecer atividades de fruição, experimentação e capacitação cultural;
- VII. oferecer atividades de cultura, esporte e lazer para o público atendido;
- VIII. trabalhar junto ao indivíduo, à família e à comunidade, com o objetivo de diminuir as vulnerabilidades sociais, desenvolver potencialidades, adquirir e fortalecer vínculos familiares;

**Parágrafo Único** - Para consecução de seu objetivo, a Associação deverá:

- I. criar e manter, em caráter permanente, uma Banda de Música e uma escola para o ensino música;
- II. criar outras formações musicais, proporcionando as crianças e aos adolescentes um ensino musical completo;
- III. estimular os jovens da comunidade a frequentarem as aulas de música, com vistas a sua socialização e profissionalização;
- IV. formar músicos;

- V. promover ensaios para os instrumentistas;
- VI. promover o entretenimento da comunidade local, através de apresentações musicais;
- VII. participar dos eventos cívicos, artísticos, culturais, populares ou recreativos que ocorrem no Município;
- VIII. procurar sempre que possível atender a convites para apresentações em outras cidades.

**Artigo 4º** - A duração da Corporação Musical Euterpe é por prazo indeterminado.

**Artigo 5º** - Por não ter fins lucrativos a Corporação Musical Euterpe não distribui lucros ou dividendos entre seus associados.

- I. Os diretores ou dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva das atividades da Corporação – Redação de acordo com as Leis 13.151 de 2015 e 13.204 de 2015.

**Artigo 6º** - A fim de cumprir com a sua finalidade, a Corporação Musical Euterpe poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviço, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão também por este Estatuto e pelo Regulamento Interno.

### Dos Associados ou Membros

**Artigo 7º** - É Associados todo aquele que, sem impedimentos legais for admitido como tal, mediante o preenchimento de formulário próprio, e que sejam aprovados pela Diretoria da Corporação Musical Euterpe.

**Parágrafo Único** – todo e qualquer associado, após aprovação da diretoria, terá o prazo de 3 (três) meses de experiência para se adaptar na condição de associado. Dentro desses 3 (três) meses poderão ser excluídos pela diretoria mediante com um simples aviso formal por escrito.

**Artigo 8º** - Serão excluídos os associados ou membros que deixarem de participar, ou faltarem a três ou mais atividades da Corporação Musical Euterpe consecutivas, sem a prévia comunicação à diretoria, bem como associado que após ter três faltas ou mais consecutivas deixar de apresentar documento que justifique a sua falta nas atividades.

**Artigo 9º** - Ficam criadas quatro categorias de associados, a saber:

- I. **Membro Sênior:** Músicos que pertencem ao quadro de Associados da Corporação Musical Euterpe por um período igual ou superior a três anos.
- II. **Membro Junior:** - Músicos que pertencem ao quadro de Associados da Corporação Musical Euterpe por um período inferior a três anos.
- III. **Membro Aprendiz:** Músicos que ingressaram na Corporação após frequentarem aulas e ou projetos musicais organizados pela Corporação Musical Euterpe, após teste de aptidão musical realizado pelo Maestro e Maestro Auxiliar.
- IV. **Membro Colaborador:** Músico ou não, que participa dos ensaios e das atividades da Corporação, deve cumprir as normas, podendo ser apenas um simpatizante do movimento cultural e musical da Corporação Musical Euterpe.

**Artigo 10º** - O membro ou associado da Corporação que estiver na condição de membro Junior passará a condição de membro Sênior após o cumprimento dos seguintes requisitos;



- I. Pertencer ao quadro de Associados da Corporação Musical Euterpe por um período igual ou superior a três anos;
- II. Não possuir impedimentos legais;
- III. Não ter sido advertido por mais de duas vezes, ou suspenso, pela diretoria em processo próprio;

**Artigo 11º** O membro ou associado da Corporação que estiver na condição de membro Aprendiz passará a condição de membro Junior após a Aprovação da Diretoria bem como de aprovação em teste de aptidão musical realizado pelo Maestro e Maestro Auxiliar;

**Artigo 12º** - Somente poderão se eleger para os cargos da Diretoria, associado que pertencer a categoria de Membro Sênior.

**Parágrafo Único** – o Membro Colaborador poderá ocupar somente os cargos de Secretário e de Conselho Fiscal.

**Artigo 13º** - Os membros ou associados da Corporação Musical Euterpe não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos contraídos pela Corporação Musical Euterpe.

### **Dos Direitos e Deveres dos Associados**

**Artigo 14º** - São direitos dos Associados.

- I. Votar e serem votados para cargos eletivos, ressalvada a hipótese do Artigo 12º deste estatuto;
- II. Tomar parte na Assembleia;
- III. Fazer parte das atividades da Corporação, ressalvado os casos previstos de punições específicas que impeçam o associado de se apresentar com a corporação;

**Artigo 15º** - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa por carta datada e assinada endereçada à entidade, ou que este fique sem se apresentar nas atividades Associação por mais de três vezes consecutivas, sem dar justificativa.

**Artigo 16º** - São deveres dos Associados

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria;
- III. Avisar sempre com antecedência quando não for possível se apresentar nas atividades da Associação.
- IV. Executar as partituras e partes musicais com boa técnica e precisão, de acordo com as solicitações do maestro;
- V. Manter a ética, moral, o respeito em qualquer atividade que estejam na qualidade de membros e associados da Corporação Musical Euterpe;

### **Das Infrações e Penalidades**

**Artigo 17º** - Será considerado infrator e, como tal, sujeito a penalidades decorrentes, qualquer membro ou associado da Corporação que deixe de cumprir sem causa plenamente justificativa as disposições deste estatuto ou Regulamento Interno, e ainda, contribuir para o seu prejuízo moral ou financeiro.

**§ 1º** - Igualmente será considerado infrator, todo membro que faltar com a ética, costume um para com outro ou para com terceiros, estando representando a Corporação Musical Euterpe, bem como se envolver em ocorrência policial, desde que tal ato não seja considerado crime.

**§2º** - Caso algum membro venha a cometer ato que seja considerado crime, por processo regular, perderá seu cargo compulsoriamente.

**Artigo 18º** - Cabe à Diretoria a aplicação das penalidades, levando em consideração a falta cometida, a sua gravidade e repercussão dentro da Corporação Musical Euterpe.

**Artigo 19º** - As penalidades para os infratores serão aplicadas seguindo o critério do Artigo anterior, conforme entendimento da diretoria, aplicando as seguintes sanções, conforme o caso;

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão de até trinta dias;
- III. Exclusão da Corporação;

**Parágrafo Único** - Da decisão da Diretoria que pretenda excluir um associado, cabe recurso à Assembleia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. [Art. 57 da Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 11.127/05]

#### Da Administração

**Artigo 20º** - A Corporação Musical Euterpe será dirigida e administrada pelos seguintes órgãos:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

#### Da Assembleia Geral

**Artigo 21º** - A Assembleia Geral, órgão supremo da Associação, será constituída dos associados maiores de dezesseis anos e que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários;

**Artigo 22º** - Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- III. Decidir sobre a extinção da Instituição;
- IV. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V. Aprovar o Regulamento interno, bem como suas alterações;
- VI. Emitir Ordens Normativas Internas para funcionamento interno da associação;
- VII. Referendar a admissão de novos associados quando for necessário;



VIII. Decidir sobre casos omissos no presente estatuto

**Parágrafo Único** - Para as atribuições previstas nos incisos I, II, III e V é exigida a deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação, decorridos trinta minutos, poderá deliberar esta Assembléia com o número mínimo de 1/5 dos associados por maioria simples de votos. [Art. 59, § único da Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 11.127/05]

**Artigo 23º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro trimestre de cada ano para:

- I. aprovar as contas da Diretoria Executiva;
- II. eleger os membros da Diretoria, quando for o caso;
- III. aprovar o relatório de atividades e elaborar o planejamento para o exercício seguinte;
- IV. referendar a admissão de novos associados, quando for necessário;

**Artigo 24º** - A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

- I. pelo Presidente;
- II. pela Diretoria;
- III. pelo Conselho Fiscal;
- IV. por requerimento de 1/5 dos associados quites com as suas obrigações sociais;

**Artigo 25º** - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 7 dias.

**Artigo 26º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando houver interesses da associação que exigirem o pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei, bem como nos seguintes casos:

- I. reforma do estatuto;
- II. eleição de membros da Diretoria, por renúncia daqueles em exercício;
- III. destituição de administradores;
- IV. exclusão de associados.

#### Da Diretoria Executiva

**Artigo 27º** - diretoria executiva será composta por um presidente, por um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário.

**Parágrafo Único:** O mandato da diretoria será de 4 anos, sendo possível reeleições consecutivas.

**Artigo 28º** - Compete a diretoria:

- I. elaborar e submeter a Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II. executar a programação anual de atividades da Instituição;
- III. elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- IV. reunir-se com entidades públicas e privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum,
- V. contratar e demitir funcionários ou prestadores de serviço;

**Artigo 29º** - A diretoria se reunirá preferencialmente uma vez por mês e no mínimo uma vez por trimestre.

**Artigo 30º - Compete ao Presidente:**

- I. representar a Corporação Musical Euterpe ativa e passivamente judicial e extrajudicialmente;
- II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. convocar e presidir a Assembleia Geral;
- IV. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V. assinar, com o tesoureiro todos os cheques, ordem de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da Corporação Musical Euterpe;
- VI. elaborar normas a serem cumpridas pelos membros, conforme Regimento Interno, decididas e votadas por maioria simples da Diretoria Executiva.
- VII. proferir voto de minerva em qualquer deliberação;

**Artigo 31º - Compete ao Vice-Presidente:**

- I. substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
- IV. orientar os serviços de ordem interna dos Departamentos a seu cargo, determinando medidas para cumprimento, e suas penalidades;
- V. ter sob sua responsabilidade a administração de arquivos da Corporação;
- VI. dirigir todos os trabalhos relativos a secretaria da Corporação;
- VII. zelar e fiscalizar periodicamente o patrimônio da Corporação;

**Artigo 32º - Compete ao Secretário:**

- I. secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- II. publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- III. cuidar das correspondências, mantendo-as em dia;
- IV. zelar pelo Arquivo da Secretaria;

**Artigo 33º - Compete ao Tesoureiro:**

- I. arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, contribuições externas, rendas provenientes de apresentações e espetáculos, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- II. pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III. apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V. apresentar, semestralmente, o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII. Assinar, juntamente com o presidente, todos os cheques ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Corporação Musical Euterpe;

**Do Conselho Fiscal**

**Artigo 34º -** O Conselho Fiscal será constituído por três membros e seus respectivos suplentes, podendo ser membro Sênior, Junior e Colaborador, mas nunca Aprendiz, eleitos pela Assembleia Geral.



§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

**Artigo 35º - Compete ao Conselho Fiscal:**

- I. examinar os livros de escrituração da Corporação Musical Euterpe;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º)
- III. requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV. contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

**Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

#### **Do Maestro e do Maestro Auxiliar**

**Artigo - 36º - Compete ao Regente ou Maestro:**

- I. planejar e executar as atividades musicais da Associação;
- II. fazer ou disponibilizar arranjos e promover os ensaios da Banda de Música;
- III. reger as apresentações musicais;
- IV. selecionar o repertório das apresentações musicais;
- V. levar ao conhecimento, por escrito, ao diretor, qualquer ato de indisciplina dos membros da Corporação.
- VI. solicitar ao Presidente o suprimento das necessidades das aulas e da Banda de Música;
- VII. promover o bom relacionamento entre os músicos.
- VIII. representar a Corporação Musical Euterpe, juntamente com o presidente em eventos sociais e afins na comunidade pindense e paulista
- IX. zelar pela qualidade musical da Corporação Musical Euterpe, inserindo ou excluindo músicos, dos disponíveis na Corporação, cujo não estejam desempenhando bem a atividade musical, na ocasião de ensaios ou apresentações;
- X. Selecionar os músicos que integrarão a Corporação musical Euterpe;

**Artigo 37º - Compete ao Regente Auxiliar ou Contramestre:**

- I. prestar de modo geral, a sua colaboração ao regente;
- II. colaborar com o Maestro e substituí-lo em suas faltas e impedimentos;
- III. fazer ou disponibilizar arranjos e ajudar a promover os ensaios da Banda de Música;
- IV. zelar pela qualidade musical da Corporação Musical Euterpe, auxiliando o, regente, inserindo ou excluindo músicos, dos disponíveis na Corporação, cujo não estejam desempenhando bem a atividade musical, na ocasião de ensaios ou apresentações,
- V. Selecionar os músicos que integrarão a Corporação musical Euterpe;

#### **Dos Recursos Financeiros**

**Artigo 38º** - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- I. Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. Doações, legados e heranças;
- IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V. eventos organizados pela associação;
- VI. Contribuição dos associados;
- VII. Contribuição de pessoas físicas ou jurídicas;
- VIII. Recebimento de direitos autorais;
- IX. De projetos de incentivo à cultura, de programas municipais, estaduais e federais;
- X. Recursos provenientes de Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Acordos de Cooperação e outros instrumentos legais.

**§ 1º.** A Corporação Musical Euterpe manterá a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**§ 2º** A Corporação Musical manterá escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### **Das Eleições e Posse da Diretoria eleita**

**Artigo 39º** - De quatro em quatro anos, no mês de dezembro, será convocada ordinariamente conforme estabelece o artigo 21 e 25, desse Estatuto, a Assembleia Geral Ordinária para a votação da Diretoria Executiva, para um mandato de 4 anos.

- I. A posse da diretoria eleita se dará logo após a contabilização dos votos;
- II. A diretoria eleita deverá realizar uma reunião e esta reunião deverá ser registrada em ata, deverá conter ainda a assinatura de todos os membros da diretoria eleita e será o marco inicial que marcará a posse da respectiva diretoria;

**Artigo 40º** - No mês de novembro antecedente as eleições, será notificado, por escrito todos os associados para comparecerem na eleição previamente designadas, ainda será fixado edital de convocação para a realização das eleições respeitando as regras do artigo 25 do presente estatuto.

**Artigo 41º** - As chapas formadas deverão se candidatar junto ao secretário, obedecendo ao requisito do artigo 12, até o último dia do mês de julho do ano das eleições.

**Artigo 42º** - No dia e local designados, será feita a votação por cédula a ser depositada em urna lacrada e fiscalizada, na presença de todos os presentes.

**Artigo 43º** - Para efeito de posse e validação das eleições, a chapa vencedora deverá ser votada por maioria absoluta, ou seja, por mais de 50% dos associados da Corporação.

**§ 1º** - Caso a chapa não seja eleita por maioria absoluta, será designada nova data das eleições devendo seguir o mesmo rito disposto neste capítulo.



§ 2º - Os votos em branco serão considerados para a chapa que obtiver maior número de votos.

§ 3º - Os votos nulos serão desconsiderados para o cômputo geral.

**Artigo 44º** - Na hipótese de ter sido inscrita apenas uma única chapa concorrente, deverá haver o referendo, que seguirá o mesmo rito das eleições ordinárias.

§ 1º - caso a chapa única não obtenha maioria absoluta, permanecerá a diretoria da situação, devendo ser convocada novas eleições.

§ 2º - Na hipótese de haver novo referendo, e, a única chapa concorrente não obter novamente a maioria absoluta, permanecerá a diretoria da situação até as próximas eleições ordinárias;

**Artigo 45º** - A ausência injustificada dos membros da Corporação nas eleições, implicará em punição a ser decidida e aplicada pela diretoria.

### Do Patrimônio e da Dissolução

**Artigo 46º** - O patrimônio da associação será constituído por eventual doação inicial dos associados e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação. Art. 54, IV da Lei nº 10.406/02

**Artigo 47º** - A associação não distribuirá, entre associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

**Artigo 48º** - Todo patrimônio e receitas da associação deverão ser destinados aos objetivos a que se destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.

**Artigo 49º** - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

**Artigo 50º** - A associação poderá ser extinta por deliberação dos associados, em qualquer tempo, desde que convocada Assembleia Geral Extraordinária para tal fim, que deverá observar as regras previstas no parágrafo único do artigo 22º do presente estatuto. Poderá também ser extinta por demais formas previstas em lei. [Art. 54, VI da Lei nº 10.406/02]

**Artigo 51º** - Em caso de dissolução da entidade, o remanescente de seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, preferencialmente com o mesmo objetivo social, pessoa jurídica a ser escolhida pela diretoria e deliberado pela Assembléia Geral. [Art. 61 da Lei nº 10.406/02]

## Do Exercício Social

**Artigo 52º** - O exercício social terá a duração 1 ano iniciando em 1º de janeiro terminando em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 53º** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, bem como uma discriminação das origens e aplicações de recursos.

## Disposições Gerais

**Artigo 54º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

**Artigo 55º** - Fica eleito o Foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste estatuto.

**Artigo 56º** - O presente estatuto entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

Pindamonhangaba, 25 de janeiro de 2019.

**Marcos Roberto de Souza**  
Presidente da Corporação Musical Euterpe

**Helison de Oliveira**  
Advogado OAB/SP nº 294.524  
Secretária da Corporação Musical Euterpe



**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PINDAMONHANGABA/SP**  
Ovidio Pedrosa Junior - OFICIAL REGISTRADOR  
Av. Albuquerque Lins, 518 - São Benedito - Pindamonhangaba - CEP. 12410-030 Tel. (12)3642-1416/3642-3316

Protocolado em data de 01/02/2019, sob nº 9.606, e **AVERBADO** nesta data, em microfilme, sob nº 10, junto ao Registro nº 45.  
Pindamonhangaba, 14 de fevereiro de 2019.

Carlos Alberto Lopes - Escrevente Substituto

Carlos Alberto Lopes  
Escrevente Substituto

Oficial	Estado	Sec.Faz.	R.Civil	TJ	MP	ISS	TOTAL	Guia
88,63	25,19	17,24	4,66	6,08	4,25	4,44	150,49	07/19